

Rastreabilidade é essencial

Para especialistas, além de questão ambiental e humanitária, garimpo ilegal tornou-se um problema de segurança pública

» FERNANDA STRICKLAND
» MAIARA MARINHO
» DANANDRA ROCHA

Apesar dos avanços regulatórios nos últimos anos, a cadeia do ouro no Brasil ainda está sob domínio do crime organizado. Essa situação tem preocupado autoridades, especialistas e representantes do setor mineral. A extração ilegal, impulsionada pela ausência de fiscalização e pela fragilidade institucional, já devastou mais de 25 mil hectares de Terras Indígenas e outros 8 mil hectares de Unidades de Conservação, segundo dados do MapBiomas.

Esse foi um painéis que fizeram parte do CB Talks: Os desafios da agenda de minerais estratégicos para o Brasil, promovido pelo *Correio Braziliense* com apoio do Instituto Escolhas.

A atuação de facções criminosas na cadeia do ouro é alimentada por um sistema de comercialização permissivo e praticamente sem controle efetivo de origem. “Se em 2022 a gente tratava a questão do ouro como ambiental ou humanitária, ela não é mais. A questão do ouro no Brasil é um tema de segurança pública”, afirmou Frederico Bedran, presidente da Comissão de Direito Minerário da OAB-DF. “Hoje, 80% do ouro produzido no Brasil vai para o mercado paralelo. E 80% disso vai para o crime organizado”, destacou.

A crise no setor, segundo os especialistas, é reflexo, também, do enfraquecimento de órgãos fiscalizadores como o Ibama, ICMBio, ANM e Funai, especialmente durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. O garimpo ilegal se espalhou, causando tragédias como a vida pela Yanomami. Em janeiro de 2023, eles enfrentaram surtos de malária, desnutrição e morte em decorrência da presença de garimpeiros ilegais em suas terras.

Bedran recordou que, no caso dos Yanomami, a preocupação não é apenas com o ouro. “O que mais nos assustou não é só ouro, é cassiterita”, afirmou, mencionando também o garimpo ilegal de cobre, manganês e lítio.

Concorrência

A atual legislação, especialmente a derrubada da presunção de boa-fé na comercialização do ouro pelo STF, é considerada uma conquista no combate à mineração ilegal. “Foi uma vitória importante”, destacou o secretário nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira.

Mas o representante do governo federal reconhece problemas. “Construir uma política pública leva anos, mas destruí-la pode acontecer com uma canetada”, lamentou. O secretário acrescentou que a disparidade regulatória no setor cria um ambiente hostil para os empreendimentos legais. “Como as empresas

Ed Alves CB/DA Press



Pereira: “A aprovação do PL 3025/2023 é prioridade”



Bedran: “A questão do ouro é de segurança pública”



Sousa: “Não vamos dar conta dessas mazelas”

Ponto a ponto

PROBLEMAS COM A SEGURANÇA PÚBLICA

■ A questão do ouro ilegal no Brasil é um problema de segurança pública e de Estado, com envolvimento crescente do crime organizado, que se aproveita da falta de fiscalização e da fragilidade regulatória. Estima-se que 80% do ouro vá para o mercado paralelo e, desse total, 80% para o crime organizado. Especialistas defendem um pacto entre Congresso, entidades e empresariado para enfrentar a situação. A onda de furtos de cabos também evidencia a necessidade de controle e rastreabilidade da cadeia do cobre.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

■ O Brasil enfrenta uma crise na mineração, com instituições despreparadas para controlar a exploração mineral, especialmente em terras indígenas e na Amazônia. O garimpo ilegal se expandiu, agravando-se com a crise humanitária dos Yanomami em 2023, o que levou o governo a priorizar o tema. A atuação criminosa persiste devido à falta de fiscalização e ao enfraquecimento de órgãos como Ibama, ANM, ICMBio e Funai. A ANM tem poucos servidores para fiscalizar milhares de frentes de lavra e a CFEM. Há ainda atraso na demarcação de terras indígenas e dificuldades em conscientizar garimpeiros sobre os danos da atividade. A sociedade consome ouro sem conhecer sua origem, e a cadeia do cobre também sofre com furtos e falta de rastreabilidade.

que agem dentro das regras vão competir com o crime organizado?”, questionou.

Ele ressaltou também o problema comércio ilegal de minérios nas cidades brasileiras. O

AVANÇO NO COMBATE AOS CRIMES

■ Após a explosão do garimpo ilegal em terras Yanomami em 2023, a mineração se tornou prioridade para o governo federal. O MJSP, em parceria com o Instituto Escolhas e outras entidades, elaborou o PL nº 3025/2023, que busca reforçar a rastreabilidade e comercialização do ouro, incluindo o fim da presunção de boa-fé sobre sua origem. O governo fez um grande esforço para reorganizar órgãos fiscalizadores, com medidas como nota fiscal eletrônica, operações da PF e Ibama e retenções na Aduana, embora ainda consideradas insuficientes. O fortalecimento das agências reguladoras, informatização, concursos públicos e regulamentação do ouro e cobre são vistos como essenciais para atender às demandas sociais e ambientais.

Fonte: CB Talks



Valdo Virgo/CB/D.A Press

país enfrenta uma onda de furtos de cabos em áreas urbanas, o que reforça a necessidade de criar mecanismos para identificar na cadeia produtiva do cobre a origem do material comprado.

AVANÇOS NO SISTEMA FINANCEIRO

■ Uma das propostas defendidas pelo MJSP é a emissão de nota fiscal eletrônica autorizada pelo Banco Central como forma de controle do fluxo do ouro.

RASTREABILIDADE

■ A rastreabilidade da cadeia do ouro é um tema central do PL 3025/2023, que busca aumentar o controle sobre sua origem, eliminando a presunção de boa-fé. Há pressão internacional por maior rastreabilidade, considerada essencial para distinguir o ouro legal do ilegal. Apesar disso, há perplexidade com a falta de ação do governo. O PL precisa ser ajustado para garantir rastreabilidade efetiva em todo o setor, incluindo garimpo, cooperativas, mineração e ouro reciclado, por meio de tecnologias como rastreamento digital, marcação física e geoquímica. Medidas semelhantes são defendidas para o cobre, visando reduzir o mercado ilegal.

TRABALHADORES

■ Um dos desafios sociais é como o Estado mostra para trabalhadores que vivem do garimpo que a atividade é ilegal e prejudicial ao meio ambiente e à saúde. Muitas dessas pessoas adocem ao manipular os minerais. É preciso estruturar políticas públicas para lidar com a situação desses trabalhadores. Existe apoio à rastreabilidade por parte dos garimpeiros e cooperativas.

IMPORTAÇÃO DE MERCÚRIO

■ Há uma gravidade do uso ilegal de mercúrio no Brasil, estimado em 185 toneladas em cinco anos — volume que supera amplamente a importação legal no mesmo período. A comparação evidencia a dimensão do problema. Embora haja avanços no combate à exploração ilegal de mercúrio e ouro, é necessário intensificar as ações e enfrentar a demanda por minerais ilegais. Mesmo sem dados precisos sobre a importação legal, o contraste serve para ilustrar a gravidade da situação.

“Isso reduziria o mercado ilegal e desestimularia o roubo. A pena por si só não resolve. É preciso pensar soluções para o controle e rastreabilidade do cobre”, disse o secretário.

O avanço do crime organizado no setor de mineração ocorre e agravado pela precariedade dos órgãos reguladores. A Agência Nacional de Mineração (ANM), por exemplo, conta

apenas com 140 fiscais para monitorar mais de 40 mil frentes de lavra em todo o país. Para fiscalizar a arrecadação da CFem (Compensação Financeira pela Exploração Mineral), são apenas três servidores.

Sistema ineficiente

Mauro Henrique Sousa, diretor-geral da ANM, criticou a estrutura atual e alertou: “Não vamos dar conta dessas mazelas com a estrutura atual. Temos que buscar soluções conjuntamente”. Ele também denunciou o atraso histórico na demarcação de terras indígenas e a ausência de um sistema robusto de rastreabilidade do mineral, crucial para separar o legal do ilegal.

O governo federal aposta agora no avanço do Projeto de Lei 3025/2023, que propõe normas de controle da cadeia do ouro, mas enfrenta resistência no Congresso. Para Marivaldo Pereira, não se trata de criminalizar a atividade garimpeira, mas de criar regras claras para coibir abusos e retomar o controle estatal. A solução, segundo ele, passa pela união entre governo, Legislativo, setor empresarial e sociedade civil.

Embora reconheçam avanços — como a exigência da nota fiscal eletrônica e o fim da presunção de boa-fé — especialistas avaliam que é preciso ir além para enfrentar a sofisticação do crime. Frederico Bedran defendeu a implementação de um sistema completo de rastreabilidade, com marcação física, digital e geoquímica. “Nos últimos dois anos, o governo fez várias ações, apertou vários botões. Mas não foram suficientes”, ponderou, para depois completar: “Vejo, hoje, o tema da rastreabilidade como o último botão que a gente tem que apertar para isso funcionar.”

Exploração ilegal do mercúrio expõe a gravidade da questão

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O combate às explorações ilegais de ouro e de mercúrio tem registrado progressos, porém há a necessidade de intensificar essas ações, avaliou Larissa Rodrigues, diretora de Pesquisas do Instituto Escolhas. Segundo a pesquisadora, é preciso combater a demanda por minerais explorados ilegalmente.

“A gente (Escolhas) fez uma estimativa que aponta que, em cinco anos, o Brasil utilizou 185 toneladas de mercúrio explorados ilegalmente”, alertou. Esse volume, de acordo com Larissa,

excede “em muito” a importação legal no mesmo período, “confirmando a gravidade do problema”.

Ao analisar o setor de mineração de forma mais ampla, a diretora ressalta a dificuldade de discutir e implementar políticas eficazes sem que a Agência Nacional de Mineração (ANM) possua a estrutura adequada. Ela classifica a ANM como sendo “uma das agências mais fracas e sucateadas do país”, apesar da relevância econômica do setor.

Diante disso, afirmou Larissa, é preciso “unir forças entre

governo, iniciativa privada e outras partes interessadas”.

Ouro

O cenário de ilegalidade no ouro não é novo. Um diagnóstico anterior do Instituto Escolhas indicou que 54% da produção nacional de ouro apresentava indícios de ilegalidade, uma situação descrita por ela como “sistêmica” e “crônica”. A partir do início de 2023, impulsionado pela crise Yanomami em janeiro, houve uma grande mobilização.

O Ministério da Justiça criou um grupo de trabalho para discutir

ações de curto, médio e longo prazo. Esse esforço inicial culminou na apresentação, pelo governo federal, do Projeto de Lei 3025 em junho de 2023, que trata da rastreabilidade do ouro. Larissa Rodrigues aponta que se gerou um “consenso mesmo de que a gente precisava da rastreabilidade do ouro”.

Paralelamente, duas medidas regulatórias e judiciais tiveram um impacto significativo. Em março de 2023, a Receita Federal tornou obrigatória a apresentação de nota fiscal eletrônica para o comércio de ouro de garimpos. Embora

parecesse uma medida simples, ela destaca que sua implementação “não foi trivial” e foi “muito importante”. No mês seguinte, em abril de 2023, uma decisão judicial suspendeu a validade da presunção de boa-fé na primeira aquisição do ouro. Essa decisão foi confirmada pelo STF em março de 2024.

Efeitos positivos

A combinação da nota fiscal eletrônica e da suspensão da boa-fé gerou “efeitos muito, muito grandes no segundo semestre de 2023”, incluindo uma

queda de 45% na produção de ouro oficialmente registrada pelos garimpos na Amazônia. Para Larissa Rodrigues, essa redução comprova que a ilegalidade estava ocorrendo e que as medidas causaram um “chacoalhão de fato no mercado”. “A gente tem que considerar isso uma vitória. Não podemos deixar de registrar isso”, comentou.

Apesar dos avanços, ela enfatizou que “ainda não acabou” e é preciso “continuar avançando”. O ponto crucial nesse avanço é a aprovação da lei de rastreabilidade, vista como fundamental para saber a “origem do ouro”.